

# REFORMA AGRÁRIA

SÍNTESE DO DEBATE E DAS PROPOSTAS  
APRESENTADAS DURANTE A PLENÁRIA DA  
CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA

NOV 1994

A plenária da CNRA realizada em 12 de setembro de 1994 contou com a presença de aproximadamente 70 participantes, entre representantes de entidades, de Comitês da Ação da Cidadania e movimentos, e teve como principal objetivo recolher idéias visando implementação de ações de divulgação do tema.

Levando em conta a amplitude que tomou a Ação da Cidadania (apenas, à título de exemplo, vale lembrar que uma pesquisa recente estimou em 3 milhões o número de pessoas integradas aos Comitês da Ação da Cidadania e em aproximadamente 28 milhões o número dos que participaram de atividades ligadas à Campanha contra a Fome), bem como o amplo reconhecimento por parte deste movimento da necessidade da democratização do acesso à terra para a solução definitiva da fome e da miséria no país (veja-se, por exemplo, a declaração final da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar) coloca-se o desafio de envolver e incorporar um conjunto crescente de pessoas ao debate da "questão" agrária. Este desafio ganha ainda maior sentido na medida em que há um reconhecimento quase unânime, tanto entre os participantes da Ação da Cidadania quanto das entidades e pessoas ligadas à Campanha Nacional pela Reforma Agrária (CNRA), da imprescindibilidade da mobilização da sociedade civil, isto é, dos cidadãos brasileiros, para que consigamos a democratização da propriedade fundiária no nosso país.

Neste sentido, foram apresentadas inúmeras propostas que visam aprofundar a articulação entre a CNRA e a Ação da Cidadania. Em seguida apresenta-se a sistematização das propostas debatidas durante a reunião que, como se verá, dizem respeito

tanto ao trabalho de divulgação da questão da terra junto a um amplo público, quanto à indicação de temas a serem estudados e parcerias a serem intensificadas e/ou desenvolvidas. As sugestões aqui alinhavadas não são conflitantes. Ao contrário, somam-se e permitem a articulação de um abrangente plano de trabalho.

Seguem-se os principais temas discutidos, aqui ordenados da seguinte forma: ações imediatas, ações de médio prazo e questões que foram levantadas e necessitam de um maior aprofundamento.

## I. AÇÕES IMEDIATAS

. usar a "Carta da Terra", escrita pelo Betinho e já assinada por um significativo conjunto de entidades da sociedade civil, como mote para a realização de um grande abaixo-assinado em defesa da democratização da propriedade da terra.

Essa carta deverá ser encaminhada ao futuro presidente, bem como aos congressistas e governadores eleitos.

. marcar uma audiência com o presidente eleito, apresentando propostas de compromissos mínimos, elaborados em conjunto pelas entidades que participam da CNRA e a Ação da Cidadania. A idéia é que estes compromissos, firmados entre o futuro presidente e as entidades e cidadãos, sirva como um instrumento de pressão e acompanhamento da ação governamental no que diz respeito à reforma agrária;

. ainda com relação à "Carta da Terra", o Incra se dispôs a financiar um "videoclip", que teria como pano de fundo o texto da carta e, sendo transmitido pela televisão, teria, também, o objetivo de contribuir para ampliar o número de assinaturas de adesão à Carta;

. ampliar do uso dos instrumentos de comunicação das entidades participantes da Campanha (por exemplo, o programa de rádio e o jornal da Contag, do MST, os comitês da Charitas, as regionais da CPT etc) no sentido de divulgar e ajudar na coleta de assinaturas.

. através de um show, com participação de diversos artistas que já foram contatados (entre eles Chico Buarque de Holanda, Renato Russo, Lulu Santos, Letícia Sabatella, Angelo Antonio) e com data ainda a ser marcada, tentar atingir a mídia e ampliar a divulgação sobre o tema.

. aproveitar as comemorações dos trinta anos do Estatuto da Terra, previstas para o final do ano, para promover uma semana de debates nas universidades. Trabalhar em conjunto com a Andes e o Crub.

. ao longo de todo este projeto é importante trabalhar na divulgação dos efeitos positivos da democratização do acesso à terra. Ou seja, embora reconhecendo a importância e a necessidade de denunciar a violência no campo, as dificuldades de acesso à crédito enfrentado pelos pequenos produtores, etc, o objetivo é também jogar luz sobre as possibilidades e vantagens efetivas advindas do uso econômico, social e ecologicamente justo e equilibrado da terra, bem como dos frutos benéficos que a reforma trará para o conjunto da sociedade. É por isso que ela é uma proposta que diz respeito ao conjunto da sociedade e não apenas aos que hoje são definidos como "atores" diretamente ligados ao tema: sem-terra; assentados, trabalhadores rurais, etc. Trata-se, pois, de buscar outras formas de adesão além das movidas apenas por solidariedade.

## II. AÇÕES DE MÉDIO PRAZO

. alguns setores da sociedade devem ser alvo de uma atenção especial por parte de uma Campanha que se proponha a ampliar e divulgar a importância e a necessidade da reforma agrária. Entre eles foram citados os funcionários públicos, em especial os vinculados direta ou indiretamente à realização e implementação da RA, o poder judiciário, as universidades.

. é necessário pensar em formas de nacionalizar a CNRA. Até aqui, certamente por ter ficado sediada no Rio de Janeiro desde de seu lançamento, a Campanha tem tido uma "base carioca". Assim, tanto para o recolhimento de assinaturas, divulgação dos dados e sensibilização quanto ao tema, e ainda para a elaboração democrática dos compromissos mínimos a serem apresentadas ao próximo presidente pela CNRA é importante ampliar a base geográfica da Campanha. Essa ampliação será condição para ações mais efetivas a médio e longo prazo, como forma de garantir, de forma mais consistente, a continuidade da CNRA.

A "nacionalização" da Campanha deverá se dar com base nas instituições e movimentos já existentes nas regiões.

. abastecer os Comitês da Cidadania com informações sobre o tema. Pensar novas formas de apresentar e organizar os dados referentes à concentração da propriedade fundiária (dinâmica da concentração fundiária, por exemplo), onde e em que mãos estão as terras improdutivas, êxodo rural, condições de trabalho no campo, miséria rural, etc. Essa inovação visa a que a ampla campanha de divulgação a ser encaminhada pelas entidades ligadas à CNRA e à Ação da Cidadania possa, de fato, atingir e ser incorporada, em um primeiro momento, pelos participantes dos Comitês da Ação da Cidadania e, daí, ser ampliada para uma parcela ainda mais significativa da sociedade.

. buscar parcerias nas diferentes entidades privadas que trabalham elaborando/implementando políticas públicas para o campo. Para isso é preciso termos uma radiografia de seu perfil e localização.

. valorizar os apoios internacionais que possam surgir, de forma a dar maior legitimidade a algumas propostas.

### III. QUESTÕES A SEREM APROFUNDADAS

. é necessário lançarmos "um novo olhar" sobre as questões relativas à reforma agrária, criando novas formas de pensar, trabalhar e divulgar informações e propostas - ampliando o debate para além dos limites estritamente "agrários" e principalmente refazendo algumas concepções que "envelheceram".

Alguns dos aspectos mencionados que devem ser "repensados" foram:

. articular de forma mais sistemática a relação entre reforma agrária e a questão ambiental, com atenção especial para a preservação da biodiversidade.

. repensar o lugar da parceria e arrendamento numa concepção de redemocratização da terra;

. desenvolver um trabalho sistemático de identificação e mapeamento dos entraves institucionais e burocráticos que tem interferido e emperrado o processo de efetivação da reforma agrária. Menção especial deve ser feita ao Poder Judiciário. Neste sentido, seria importante aproveitar a experiência acumulada por diferentes pessoas, em especial as que têm trabalhado no Incra, para mapear os entraves e elaborar propostas alternativas quanto ao formato institucional mais adequado à efetiva realização da reforma agrária.

. ampliar e aprofundar o debate sobre a produção familiar, de forma a precisar seu significado econômico na atualidade (o que



produz, para quem etc), as condições de trabalho no seu interior, trabalho infantil, etc;

. retrabalhar e incorporar de forma mais precisa ao debate sobre reforma agrária a questão das terras públicas e das terras em poder das empresas estatais (dimensões, formas atuais de aproveitamento etc). É preciso produzir informações adequadas sobre o tema, inclusive no que se refere ao destino de terras de propriedade de estatais em processo de privatização;

. identificar e apresentar propostas de reformas institucionais e de caminhos para ações dos governos estaduais e municipais visando a implementação da reforma agrária;

. pensar novas formas de parceria entre entidades privadas e públicas, incorporando o conhecimento produzido por diferentes entidades que tem trabalhando sobre o tema nos últimos anos;

. aprofundar todo o sentido da realização do Grito da Terra Brasil, que permitiu um passo importante no sentido de unificar bandeiras das diferentes entidades vinculadas ao campo. Para isso, é necessário articular as reivindicações dos que lutam pela terra e dos que lutam por condições dignas de trabalho no campo. Assim, se avançará no sentido de ampliar a perspectiva e o leque de questões ligados à realização da reforma agrária. Ainda no mesmo sentido, é necessário aprofundar as propostas de uma reforma agrária que respeite as diferenças e características regionais do país.

Relato elaborado por

Leonilde Medeiros  
Maurício Ortu  
Moema Miranda

Setembro/Outubro de 1994